

Presidente da Câmara diz que «é seguro visitar o Gerês»

Terras de Bouro pede ajuda para pastores e residentes do Parque

Francisco de Assis
António Silva

O presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro quer que os pastores do concelho sejam compensados, uma vez que ficaram sem pastos para os seus rebanhos, sugerindo, igualmente, compensações para residentes no Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG). O pedido foi formulado aos deputados do PS eleitos pelo círculo de Braga, que ontem estiveram de visita ao concelho.

Joaquim Cracel Viana pretende que os parlamentares socialistas intercedam junto de alguns ministérios, por forma a facilitar algum subsídio para o concelho. «Pedi que olhassem para os nossos pastores, porque temos zonas em que os rebanhos não têm o que comer. Dei uma volta pela área e constatei que os pastores estão sem pastos para os rebanhos. Por isso, pedi que intercedam junto do Ministério da Agricultura, no sentido de este conceder alguma ajuda», declarou no final da visita.

O autarca de Terras de Bouro pediu também aos deputados que insistam junto do Ministério do Ambiente no sentido de uma discussão mais aberta do Plano de Ordena-



Joaquim Cracel mostrou a área ardida aos deputados do PS

mento do PNPG. «É importante que este Plano seja o mais consensual possível junto das populações».

Joaquim Cracel lembrou que o Plano, ao criar zonas de protecção especial ou total, criou nas populações a ideia de que o Parque iria impedir mais, ser mais limitativo na circulação. «Na área de protecção total esta limitação é verdade, mas nas outras zonas não», analisa.

Embora afastando-se das polémicas recentes entre alguns autarcas e a administra-

ção do Parque, o presidente da Câmara de Terras de Bouro diz posicionar-se ao lado das populações, mas reconhece que é importante haver campanhas de sensibilização junto das pessoas, mostrando-lhes que o Parque Nacional é uma mais-valia para todos. «Não quero entrar em conflito com o Parque», declarou.

No entanto, entende que deve haver compensação para os residentes. E deu o exemplo dos parques edíficos, que são proibidos. Também con-

sidera que estragam a paisagem, mas defende que é preciso compensar as pessoas por abdicarem de uma forma de ganhar dinheiro.

«Não podemos abandonar as populações e colocar-lhes tantas restrições. Aceito algumas imposições, mas elas têm que ser compensadas, para que possam continuar aqui. Porque, se tudo for proibido, as pessoas abandonam o Parque. E quanto mais abandonarmos o Parque, mais depressa ele arde», explicou.

Tristeza pela área ardida e preocupação e com o turismo

Desde antemontem que a situação no concelho está mais calma, uma vez que apenas resistiu o incêndio de Vilarinho da Furna. «Vivemos momentos bastante difíceis. Agora vivemos momentos de tristeza face à área ardida e face às consequências destes incêndios para Terras de Bouro».

A preocupação prende-se também com o facto de Terras de Bouro ser um concelho essencialmente turístico e houve pessoas que ficaram alarmadas com os incêndios. «Há dificuldades nas unidades hoteleiras e nos parques de campismo, por causa do medo das chamas. Há registos de cancelamentos. O que posso dizer é que é completamente seguro vir para o Gerês. E aproveitei até para apelar às pessoas a visitarem o Gerês. Porque é nos momentos de dificuldades que precisamos do seu contributo para que esta área, que é uma das maravilhas de Portugal, possa rapidamente vencer esta dificuldade que nos foi colocada», afirmou.

O autarca não quis entrar em explicações para um incêndio tão grande, queimando mais de

três mil hectares. Entende que as explicações são sempre subjectivas. Ainda assim, fala em incêndios em vários locais ao mesmo tempo, no facto de terem começado em dia de muito vento e, com esta vegetação, as chamas propagavam-se a grande velocidade e rapidamente ultrapassavam as estradas. Quanto a lições a tirar, Joaquim Viana defende a aposta em mais acessos. «Sei que esta zona deve ser preservada. Até porque, os bons acessos trazem atrás de si as moto-quatro e motocrosses que danificam o Parque. Mas são precisos mais acessos para evitar a propagação rápida dos fogos».

Olhando para o futuro, o presidente da Câmara de Terras de Bouro mostra-se já preocupado com o Inverno e com as chuvas. Isto porque tratam-se de zonas com muito declive, podendo haver desprendimentos de pedras.

Em relação à reflorestação dos espaços, Joaquim Viana acredita que esta é uma boa oportunidade para retirar as mimosas e plantar outras espécies, nomeadamente o Pinheiro Bravo. Mas para isso, é preciso coordenação entre a administração do Parque, o Ministério do Ambiente e a Câmara Municipal.

Deputados do PS sentem tristeza e pedem reflorestação da área ardida

Um grupo de deputados do PS, liderados por António José Seguro, visitou ontem a área ardida no Parque Nacional da Peneda-Gerês, no concelho de Terras de Bouro. Os parlamentares dizem-se tristes com o panorama encontrado e pedem mais e melhor prevenção, sobretudo na reflorestação da área ardida, para que situações como estas não voltem a acontecer.

«O sentimento é de uma enorme tristeza, porque conheço esta paisagem cheia de verde. E hoje está preta. São quilómetros e quilómetros queimados. É preciso agora meter mãos à obra para se evitarem tragédias como estas», declarou António José Seguro, em nome dos seus colegas.

Ele que se fez acompanhar de Teresa Venda, Miguel Laranjeiro, Manuel Mota, Ricardo Gonçalves e Isabel Coutinho, além de Pedro Sousa, do Governo Civil de Braga.

Apesar do sentimento de tristeza e de desilusão, no entender de António José Seguro, o país evoluiu muito no que diz respeito à estratégia de combate aos incêndios. «No distrito de Braga, 80 por cento dos incêndios foram combatidos com êxito na primeira intervenção. O que é preciso agora é utilizar a mesma estratégia e o mesmo esforço, na prevenção. Que passa por limpar, mas so-

breteado por reflorestar. No Parque Nacional, era muito relevante que houvesse aqui uma aposta para que a mimosa, que vai tentar tomar conta destas encostas todas, não pegue».

De acordo com o líder dos deputados do PS de Braga, vive-se uma altura muito importante neste aspecto, uma vez que está a ser ultimada a revisão do Parque Nacional da Peneda-Gerês. «É uma boa altura para darmos contributos para esse plano. Este plano tem que ter em conta toda a experiência passada, a opinião das pessoas que aqui vivem: sejam os pastores, os hoteleiros, caçadores, apicultores, autarcas, entre outros», afirmou.

Segundo Seguro, esta revisão tem que ser elaborada com muito bom senso e muita sensibilidade. Tem que haver estratégias correctas de prevenção. Tem que haver formação para que os bombeiros estejam mais bem preparados para o ataque aos fogos florestais.

É nesse sentido que os deputados já marcaram reuniões com o Ministério do Ambiente e com o Governo Civil de Braga, para se discutir algumas das suas propostas, nomeadamente na área de prevenção que podem ser úteis.

«A nossa obrigação é olhar para o futuro e contribuir para

que situações como estas não voltem a acontecer. Não estamos interessados em ajustes de contas», disse, recusando-se a entrar em polémicas.

Parque tem os meios necessários

Lagido Domingos, director do PNPG também esteve reunido com os deputados, mas foi muito parco em palavras. Refere que era bom que não se perdesse mais nada e minimiza as consequências tanto a nível da fauna como da flora.

«A mim interessa-me apenas a conservação dos valores naturais. E o acompanhamento que tenho feito desta situação é no sentido de tentar, na medida do possível, preservar estes valores».

Lagido Domingos não quis entrar em polémicas sobre a alegada falta de coordenação e mesmo quanto à gestão do Parque. «São assuntos que têm que ser tratados noutros locais. As pessoas deram o seu máximo. Não há falta de manutenção do Parque, embora possamos sempre melhorar. Temos os meios que precisamos para fazermos a vigilância necessária», disse, lembrando que os incêndios tiveram início fora da área do Parque. «Não foi por falta de eficácia e de gestão do Parque», defendeu-se.